

## OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS NA CADEIA FLORESTAL NO ESTADO DE RONDÔNIA

### EDITORIAL

O atual padrão de crescimento econômico, baseado na exploração dos recursos naturais é motivo de preocupação mundial, tendo em vista a ameaça à biodiversidade do planeta e à própria existência da espécie humana. A Amazônia destaca-se nesse cenário por possuir a maior floresta tropical do mundo. Entretanto, vem sofrendo com a exploração desordenada desse recurso, necessitando de novas alternativas econômicas sustentáveis em longo prazo. Assim, dada a importância socioeconômica do setor florestal para a região, nesta edição do Contexto Amazônico, serão abordados alguns aspectos da atividade no estado de Rondônia, a exemplo da edição nº 17 que tratou do assunto no Amazonas, formando assim, um conjunto de publicações nessa área. Entre os temas destacados estão às oportunidades de negócios com a produção madeireira e não madeireira, o zoneamento socioeconômico-ecológico e a situação da cobertura florestal, ainda com grande extensão preservada. Outro assunto abordado refere-se às ações governamentais de combate ao desmatamento que vêm sendo implementadas no estado, visando mitigar os impactos causados pela atividade no meio ambiente. Esse é mais um esforço no sentido de contribuir com subsídios para uma atuação mais efetiva do Banco da Amazônia na concessão de crédito de fomento para as empresas de base florestal no estado.

Boa leitura!

### 1 INTRODUÇÃO

A economia de Rondônia está centrada no setor de serviços com 57,45% do valor total adicionado, gerado em 2008. Nesse ano, o Produto Interno Bruto (PIB) do estado atingiu o patamar de R\$ 17,89 bilhões (equivalente a 0,59% do PIB nacional e 11,56% da Região Norte) e um PIB per capita de R\$ 11.977 mil. O setor agropecuário (agricultura, silvicultura e exploração florestal, pecuária e pesca), representa 20,47% do valor total adicionado. Os municípios com maior participação relativa foram Porto Velho (R\$ 5,2 bilhões), Ji-Paraná (R\$ 1,3 bilhão), Vilhena (R\$ 1,1 bilhão), Ariquemes (R\$ 1 bilhão) e Cacoal (R\$ 925 milhões), concentrando 53,74% da geração do PIB do estado.

Com relação às exportações, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Industrial e Comércio (MDIC), em 2010, o estado de Rondônia atingiu um total de R\$ 426,9 milhões. Dentre os principais produtos exportados do agronegócio pelo estado, a madeira ocupou a terceira posição, ficando atrás da carne e dos grãos. Além disso, nesse ano, Rondônia foi o 8º exportador de madeira do Brasil.

De acordo com o Serviço Florestal Brasileiro - SFB e o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON (2010), a indústria madeireira de Rondônia, em 2009, estava composta por 346 empresas, as quais foram responsáveis pela geração de 34.825 empregos diretos (processamento e exploração florestal) e indiretos (transporte e revenda de madeira processada, consultoria florestal e jurídica, entre outros). Portanto, trata-se de um setor bastante importante para a economia estadual.

Dada a importância socioeconômica e ambiental do setor florestal para Rondônia, este Boletim tem a finalidade de abordar alguns aspectos da cobertura florestal no estado, produção madeireira e não madeireira e ações governamentais de combate ao desmatamento, de modo, a contribuir com a atuação do Banco no estado, mais especificamente, na concessão de crédito de fomento para as empresas de base florestal.

## 2 SITUAÇÃO DA COBERTURA FLORESTAL DO ESTADO

Em 2009, a cobertura florestal de Rondônia compreendia uma superfície de 128.823 km<sup>2</sup>, correspondendo a 54% da área total do estado (237.590,864 km<sup>2</sup>). Os tipos de vegetações predominantes são: floresta ombrófila, floresta estacional semidecidual, savana, vegetação de transição ou contato savana/floresta, formações aluviais pioneiras, umirizal e campinarana ou campina de areia branca (INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS, 2010).

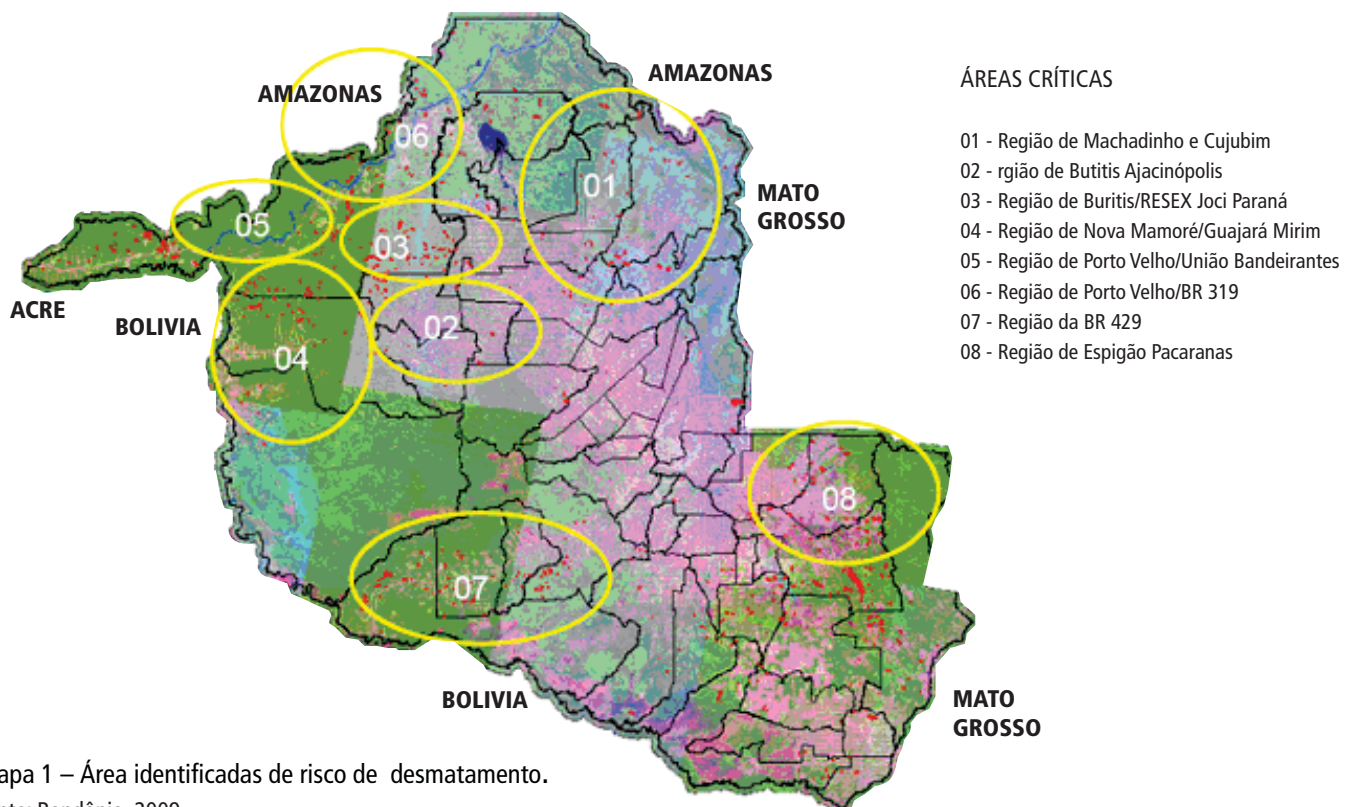
De acordo com o Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP), Rondônia, em março de 2010, apresentava 10.858.231 ha de florestas públicas federais (5,7% do total registrado para a Região Norte), sendo que 7.204.120 ha localizadas em áreas destinadas a proteção e conservação do meio ambiente, uso de comunidades, assentamentos entre outros; e 3.654.111 ha localizadas em áreas públicas sem destinação específica (SFB, 2010).

Quanto ao reflorestamento, as principais espécies plantadas são teca (*Tectona grandis*), eucaliptos, pinus e paricá (em menor escala). A teca vem sendo cultivada no estado desde 1993, pelas empresas Sulmap Ltda. e Associação de Reposição Florestal Obrigatória de Espigão D'Oeste (ARFOE). O Eucalipto vem sendo plantado nos municípios de Pimenta Bueno e Vilhena para a produção de

energia, com a finalidade de atender a demanda de pequenas centrais hidrelétricas, durante o período seco e nos polos de cerâmica.

O desmatamento, até 2009, atingiu um patamar de 84.891 km<sup>2</sup> (incremento em relação a 2008 de 425 km<sup>2</sup>), sendo que no município de Porto Velho (7.654,1 km<sup>2</sup>) foi registrada a maior área, seguida de Ariquemes com 3.169,2 km<sup>2</sup> (INPE, 2010). Já Presidente Médici, Rolim de Moura e Teixeirópolis, praticamente exauriram as florestas, pois possuem entre 10% a 15% de área com vegetação natural. O Mapa 1 mostra a dinâmica do desmatamento no estado.

Considerando a Amazônia Legal, até esse ano, Rondônia ocupava a quarta posição no desflorestamento, ficando atrás do Pará (245.035 km<sup>2</sup>), Mato Grosso (205.862 km<sup>2</sup>) e Maranhão (104.013 km<sup>2</sup>). No entanto, em termos proporcionais Rondônia teve maior desmatamento. Dentre os principais fatores identificados que contribuíram para crescimento do desmatamento no estado, estão: a abertura de estradas, investimentos em infraestrutura, crescimento do rebanho bovino, expansão da agricultura mecanizada, migração da indústria madeireira para áreas de fronteiras, grilagem de terra e a falta de regularização fundiária (RONDÔNIA, 2009).



Mapa 1 – Área identificadas de risco de desmatamento.  
Fonte: Rondônia, 2009.

O Governo pretende equacionar esse problema por meio do Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento em Rondônia, cuja finalidade consiste em reduzir gradualmente o desflorestamento no estado chegando, em 2015, a zero de incremento anual. O plano está organizado em quatro eixos temáticos: ordenamento territorial e regularização fundiária, fomento para a produção sustentável, ações de comando e controle para a prevenção do desmatamento, e capacitação para a descentralização da gestão ambiental. Para tanto utilizará como estratégia o

desenvolvimento a inclusão social, integrando a sociedade, os agentes econômicos e a classe política.

Cabe mencionar, que o ordenamento territorial está incluído no Programa Terra Legal realizado em parceria com o Governo Federal, visando à regularização fundiária de imóveis rurais, tornando as famílias ocupantes dessas áreas legítimas proprietárias, pois, em Rondônia a maioria desses imóveis é de pequenos produtores que chega a ter menos de quatro módulos fiscais (1 módulo fiscal equivale a 60 ha).

### **3 CONTROLE FLORESTAL, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E RECUPERAÇÃO DE MATAS CILIARES**

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental (SEDAM) atualmente é responsável pela gestão das atividades florestais, atendendo ao Termo de Cooperação Técnica para Gestão Florestal Descentralizada, firmado com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em cumprimento a Lei nº 11.284, de 02/03/2006. O Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais (SISFLORA), cuja finalidade consiste em auxiliar e controlar a comercialização e transporte de produtos florestais no estado, e o Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental (SIMLAM) permitem o acompanhamento dos processos e das atividades licenciadas.

De acordo com as informações contidas no SISFLORA, no ano de 2008, foram emitidas 63.494 guias florestais, que em termos de volume de madeira representaram 2,087 milhões de m<sup>3</sup> e valor de comercialização de R\$ 75,28 milhões. Desses totais, 4.281,67 m<sup>3</sup> são provenientes de florestas plantadas, correspondendo a R\$ 153.711,94.

O Programa de Recuperação de Mata Ciliar busca, principalmente, a recomposição da vegetação do entorno

das nascentes, córregos, igarapés e rios em todos os municípios e distritos do estado de Rondônia (RONDÔNIA, 2010a). Dentro desse Programa já estão sendo desenvolvidos alguns projetos tais como: Projeto de Recuperação de Matas Ciliares com Uso de Sementes, que em nível experimental efetivou o plantio de 28 espécies nativas da região, em uma área de 24.000 m<sup>2</sup>, obtendo uma taxa de sucesso de germinação de 78%. Esse método é considerado mais econômico que o tradicional (utilização de mudas) e de fácil aplicabilidade, podendo ser empregado por proprietários rurais, instituições ambientais e órgãos governamentais (BUZIN, 2007).

Além disso, a SEDAM desenvolve Projetos de Educação Ambiental em diferentes frentes visando sensibilizar e conscientizar o público alvo sobre as questões ambientais e a importância da manutenção e equilíbrio ecológico. Esses projetos estão sendo executados nas escolas, nos municípios, nas comunidades (capacitando agentes), na gestão e administração pública e em áreas de fronteiras (parceria com o Governo da Bolívia), buscando uma melhor qualidade de vida para a população local.

### **4 ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO - ECOLÓGICO**

Como parte do ordenamento territorial, Rondônia realizou o Zoneamento Socioeconômico-Ecológico (ZSEE), cujo objetivo consiste em orientar a implementação e elevação do padrão socioeconômico da população, com ações que levem em consideração as potencialidades, as restrições de uso e a proteção dos recursos naturais (RONDÔNIA, 2007). O estado já realizou a segunda aproximação do ZSEE, utilizando recursos do Plano de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLAFLORO).

Com isso, o estado encontra-se dividido em três grandes zonas de uso, definidas conforme as condições ambientais e o potencial socioeconômico de cada local, sendo portando identificadas as áreas destinadas às atividades econômicas tais como: manejo florestal, sistemas

agroflorestais, extrativismo vegetal, ecoturismo, entre outras e, também, aquelas de uso restrito e de preservação ambiental. Isso possibilita o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável desses locais. Essas zonas com as respectivas sub-zonas e os municípios de abrangência estão descritos a seguir.

Zona 1: área destinada para fins de uso agropecuário, agroflorestal e florestal e encontra-se dividida em quatro sub-zonas.

Zona 2: área destinada para conservação dos recursos naturais, forma de utilização mediante ao manejo florestal, dividida em duas sub-zonas.

Zona 3: área destinada a proteção de uso restrito e controlado, prevista em lei e instituída pela União, Estado e Municípios, está dividida em três sub-zonas.

## 5 PRODUÇÃO MADEIREIRA EM RONDÔNIA

Em estudo realizado pelo SFB e IMAZON (2010) sobre a atividade madeireira na Amazônia brasileira, foi verificado que, em 2009, a indústria de Rondônia estava representada por 346 empresas, distribuídas em 14 polos, sendo que os mais importantes foram Ariquemes, Porto Velho

e Cujubim, por apresentarem 37,28% do total de empresas e serem responsáveis por 45,63% da produção de madeira e 40,94% da geração de empregos no setor madeireiro estadual (Tabela 1).

Tabela 1 – Polos madeireiros, número de empresas, consumo, produção e empregos, gerados, em Rondônia, 2009.

Polos madeireiro	Nº Empresas	Consumo toras (mil m <sup>3</sup> )	Produção (mil m <sup>3</sup> )	Empregos diretos e indiretos
Ariquemes	47	372	158	5.943
Porto Velho	44	330	126	4.519
Cujubim	38	311	134	3.796
Espigão D'Oeste	28	184	75	2.877
Machadinho D'Oeste	25	148	64	2.379
Vilhena	25	140	56	2.570
Alto Paraíso	24	187	77	1.613
Outros polos	115	548	235	11.128
Total	346	2.220	925	34.825
Amazônia legal	2.226	14.148	5.806	203.702
Participação-RO %	15,54	15,69	15,93	17,10

Fonte: SFB; IMAZON (2010)

Verifica-se que as empresas de Rondônia extraíram de florestas nativas um quantitativo de 2,2 milhões de m<sup>3</sup> de madeira em tora, correspondendo a 15,69% do consumo da Amazônia Legal, ocupando a terceira posição regional, ficando atrás somente do Pará (6,6 milhões de m<sup>3</sup>) e Mato Grosso (4,0 milhões de m<sup>3</sup>).

A quantidade de madeira em tora nativa extraída resultou em uma produção de 925 mil m<sup>3</sup>, em sua maioria de produtos de baixo valor agregado, tais como ripas, caibros, tábuas. Isso pode ser um indicativo que as empresas madeiras encontram-se com o seu parque industrial obsoleto, precisando, portanto, modernizar seus maquinários e equipamentos, com a finalidade de maior aproveitamento da matéria-prima, aumentando o rendimento no processamento e gerando produtos de maior valor agregado (pisos, esquadrias, portas, janelas, componentes para móveis, entre outros).

Torna-se importante mencionar que a produção de madeira em tora nativa tende a aumentar, visto que com a

concessão florestal (Lei de gestão de florestas públicas), já foi disponibilizadas uma área de 220 mil ha de floresta pública localizada na Floresta Nacional do Jamari (unidade de conservação de uso sustentável), conforme divulgado pela SFB (2010). As empresas responsáveis são: Indústria Madeireira Flona do Jamari Ltda. (unidade de manejo florestal I de 17.178,712 ha); Sakura Indústria e Comércio de Madeiras Ltda. (unidade de manejo florestal II de 32.988,118 ha) e Amata S/A (unidade de manejo III de 46.184,253 ha). Com isso, pretende-se alcançar uma produção anual de 72.270 m<sup>3</sup> de madeira e criação de 318 empregos diretos nos municípios de Itapoá do Oeste e Cujubim.

A madeira processada na Amazônia legal, em 2009, em sua maioria (79%) destinou-se a atender a demanda do mercado nacional, sendo o principal consumidor o estado de São Paulo, seguido pela Região Nordeste (SFB; IMAZON, 2010).

## 6 PRODUÇÃO NÃO MADEIREIRA EM RONDÔNIA

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), no estado de Rondônia, em 2009, os produtos não madeireiros, como: fruto de açaí, castanha-do-brasil, palmito, borracha (látex coagulado), óleo de copaíba, cacau geraram um valor bruto da produção de R\$ 80,3 milhões (Tabela 2). Dentre esses, o cacau contribuiu com 93,09% do valor bruto dos produtos não madeireiros.

Em 2009, a produção de 17.485 t de amêndoa de cacau foi próxima à quantidade produzida em 2008 (17.484 t) e 11,23 % superior a 2007 (15.720 t). Nesse ano, dentre os estados brasileiro produtores de cacau, Rondônia ocupou a terceira posição, ficando atrás da Bahia (137.929 t) e do Pará (54.216 t). Considerando a importância da cacauicultura para o setor primário, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) vem implantando a cultura do cacau em sistemas agroflorestais, sendo avaliados modelos que englobam cacaueiro com essências florestais, coqueiro, pupunheira, cafeeiro (ALMEIDA et al., 2002; 2006; 2009), como forma de aumentar a produção dessa cultura no estado.

Já a produção da castanha-do-brasil, oriunda exclusivamente do extrativismo atingiu, em 2009, uma quantidade de 2.107 t, superior a 2008 (1.927 t). Nesse ano, Rondônia foi responsável por, apenas, 5,62% da produção brasileira, ocupando a quarta posição entre os sete estados produtores de castanha. Em termos econômicos a castanha gerou um valor bruto de R\$ 2,4 milhões. De acordo com Federação das Indústrias do Estado de Rondônia - FIERO e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas -

SEBRAE (2003), em Rondônia, esse produto, dentre outros extrativo, é o que apresenta melhores perspectivas de expansão, porém é comercializada no estado bruto, deixando, assim, de agregar valor na própria economia.

A produção de palmito, da ordem de 1.359 t, provem em maior quantidade de áreas cultivadas (94,77%), gerando um valor bruto de produção de R\$ 1,35 milhões. No que tange o cultivo, em 2009, na Região Norte, a área colhida de palmito foi de 1.722 ha, atingindo uma produção de 2.360 t. (rendimento 1,37 t/ha). Nesse ano, Rondônia foi o principal estado no cultivo desse produto, com 68,35% da área colhida da região, pois a produção extrativista do palmito não desperta interesse dos colonos, por contribui muito pouco para renda familiar, visto a dificuldade de extração dessa matéria-prima.

A quantidade de borracha produzida foi de 513 t, sendo a maior parte (64,91%) oriunda do extrativismo (333 t) e 35,08% (180 t) de área de plantações de seringueira (274 ha). No caso do extrativismo, quase a totalidade (98,04%) da produção brasileira ocorre na região Norte, sendo que Rondônia ocupa a terceira posição, ficando atrás do Amazonas (2.192 t) e do Acre (533 t). Referente ao cultivo, o Brasil produziu 211.621 t (área colhida 128.900 ha) e a Região Norte contribuiu com apenas 2,47% (5.247 t) da produção brasileira. Dentre os cinco estados produtores dessa região, o principal foi o Pará com 2.252 t (área colhida 2.132 ha), ficando Rondônia na última posição do ranking. Nesse estado o rendimento da produção de borracha foi de apenas 0,65 t/ha.

Tabela 2 – Quantidade produzida e valor bruto da produção dos principais produtos não-madeireiros do estado de Rondônia, 2009.

Produto	Produção (t)			Valor bruto (mil R\$)		
	Extrativismo	Plantação	Total	Extrativismo	Plantação	Total
Cacau	-	17.485	17.485	-	74.784,00	74.784,00
Castanha-do-brasil	2.107	-	2.107	2.443,00	-	2.443,00
Palmito	71	1.288	1.359	172,00	1.353,00	1.525,00
Borracha	333	180	513	734,00	226,00	960,00
Açaí (fruto)	347	-	347	400,00	-	400,00
Óleo de copaíba	13	-	13	219,00	-	219,00
<b>Total</b>	<b>2.871</b>	<b>18.953</b>	<b>21.824</b>	<b>3.968,00</b>	<b>76.363,00</b>	<b>80.331,00</b>

Fonte: IBGE (2010)

Quanto à produção de fruto de açaí e óleo de copaíba a participação do estado foi incipiente, contribuindo muito pouco com a quantidade produzida na Região Norte, de 106.297 t e 537 t, respectivamente. Segundo a Suframa (2003) em Rondônia já existe o cultivo de açaizeiro para produção de fruto, apontando Porto Velho, em virtude das condições de infraestrutura, insumos e facilidade de escoamento, como a área mais propícia para investimento em plantio e instalação de agroindústrias.

Na Tabela 3 pode ser visualizada a quantidade de municípios que participam da produção estadual dos

produtos não-madeireiro citado anteriormente e a relação dos principais produtores em ordem de grandeza. Exceto o município de Vilhena, todos os demais produzem pelo menos um desses produtos.

Com relação ao extrativismo, os produtos que aparecem em quase metade dos municípios foram a borracha e a castanha. Quanto às plantações para a produção de palmito e cacau verifica-se que ocorrem em 94,2% e 84,6% do total de municípios do estado, respectivamente.

Tabela 3 – Produtos não-madeireiros, por municípios produtores, no estado de Rondônia, 2009.

Produtos	Municípios	
	Quantidade	Principais produtores
Extração Vegetal		
Castanhado-brasil	24	Porto Velho (1.701 t).
Palmito	17	Pimenta Bueno (16 t), Porto Velho (10 t), Espigão D'Oeste(8 t) e Rolim de Moura (8 t).
Borracha	25	Machadinho D'Oeste (58 t), Guajará Mirim (50 t) e Vale do Anari (36 t).
Açaí (fruto)	13	Porto Velho (139 t) e Guajará Mirim (133 t).
Óleo de copaíba	9	Guajará Mirim (2 t), Machadinho D' Oeste (2 t), Porto Velho (2 t) e Alto Paraíso (2 t).
Plantação		
Cacau	44	Ariquemes (3.442 t) Cacaúlândia (2.485 t) Buritis (1.905 t), Jaru (1.798 t) e Ouro Preto do Oeste (1.258 t)
Palmito	49	Porto Velho (605 t), Itapuã do Oeste (81 t), Buritis (67 t), Jaru (43 t) e Ouro Preto do Oeste (35 t).
Borracha	16	Rolim de Moura (56 t) Pimenta Bueno (42 t).

Fonte: IBGE (2010)

## 7 APOIO DO BANCO DA AMAZÔNIA À CADEIA PRODUTIVA DE BASE FLORESTAL EM RONDÔNIA

O Zoneamento Socioeconômico-Ecológico (ZSEE) do estado já definiu as áreas destinadas para a execução das atividades de manejo florestal, reflorestamento e sistemas agroflorestais, primordiais para o suprimento de matéria-prima do setor florestal.

Para a implementação dessas atividades o Banco da Amazônia vem disponibilizando recursos, principalmente do

Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), por meio do Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica (FNO BIODIVERSIDADE), o qual prioriza o uso racional dos recursos naturais com a adoção de boas práticas de manejo e a recuperação de áreas de reserva legal degradadas/alteradas das propriedades rurais.

---

Nesse sentido, em Rondônia, visando o suprimento de matéria-prima, já foram aplicados no setor florestal, até 2010, o montante de R\$ 4,3 milhões, sendo que desse total R\$ 3,1 milhões destinados a realização de projetos de reflorestamento e 1,2 milhões para a execução do manejo florestal. As principais espécies plantadas foram teca e paricá.

Na indústria florestal, o Banco atua por meio do Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO - Amazônia Sustentável) onde financia a implantação, ampliação, modernização e reforma dos seguintes empreendimentos: indústria, agroindústria, turismo, comércio, entre outros. Com isso, as empresas do setor podem tornar-se mais modernas e competitivas no mercado.

Outra ação do Banco no estado consiste no desenvolvimento de pesquisas científica/tecnológica e qualificação dos recursos humanos, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável das atividades produtivas contempladas como prioritárias para a Amazônia. Para tanto, formalizou parcerias com instituições de ensino e pesquisa que ficaram responsáveis pela geração de conhecimento e divulgação dos resultados alcançados por meio de seminários e publicações. No que tange o setor florestal as instituições parceiras foram: Universidade

Federal de Rondônia (UNIR), Fundação Rio Madeira (RIOMAR), Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (ABIPTI) e Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Superintendência da Amazônia Ocidental).

Em Rondônia foram aplicados R\$ 349.762,64, no desenvolvimento de pesquisa, gerando conhecimento sobre cadeia produtiva (cupuaçu, madeira e móveis), recuperação de áreas degradadas através de sistemas agroflorestais, controle da vassoura-de-bruxa na produtividade cacaueira (adubação, genótipos resistentes a essa praga e formação de variedades superiores). Os resultados dessas pesquisas estão publicados em relatórios técnicos, periódicos, boletins e livros, amplamente disponibilizados, inclusive na Biblioteca do Banco da Amazônia.

Dando continuidade ao desenvolvimento de pesquisa na região, recentemente o Banco formalizou parceria com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) visando a realização do estudo sobre gestão sustentável da floresta amazônica, abrangendo os temas: concessões florestais, definição das necessidades de financiamento para a gestão sustentável dos recursos florestais, análise de oportunidades de projetos no setor das plantações florestais, Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e da Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD).

## **8** CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estado de Rondônia, a importância socioeconômica do setor florestal é inquestionável, visto que ao longo da cadeia produtiva contribui com a geração de emprego e renda para um grande contingente populacional.

Além disso, dentre os principais produtos de exportação do agronegócio, a madeira ocupa posição de destaque. Dessa forma, o setor vem participando efetivamente da economia do estado inserindo seus produtos tanto no mercado nacional como internacional.

No que tange a cobertura florestal nativa o estado ainda possui grande extensão e o governo vem desenvolvendo ações para frear o avanço do desmatamento, buscando atingir a meta de zero de incremento anual. Para tanto, vem buscando utilizar como estratégia a integração da sociedade, dos agentes econômicos e a classe política, de modo, a unir esforços para atingir a meta proposta.

Aliado a isso, atua na gestão florestal,

desenvolvendo ações de licenciamento ambiental e monitoramento das atividades executadas pelo setor, recuperação de mata ciliar e programa de educação ambiental no intuito de sensibilizar a população sobre a necessidade de manutenção e equilíbrio ecológico para melhorar a sua qualidade de vida.

Outro aspecto importante é que no estado de Rondônia, com o Zoneamento Socioeconômico-ecológico (ZSEE) concluído, foram definidas, conforme as condições ambientais e o potencial socioeconômico de cada local, as áreas destinadas para a execução de cada atividade econômica. Isso inclui aquelas inerentes ao setor florestal tais como: manejo florestal, sistemas agroflorestais, reflorestamento, extrativismo vegetal, ecoturismo.

Com isso, as empresas florestais poderão obter matéria-prima de forma sustentável para atender a demandas dos diferentes segmentos industriais (cosméticos,

madeiros, fármacos). No entanto, para melhorar o aproveitamento dessa matéria-prima, torna-se importante investir na modernização da agroindústria.

Seguindo esse contexto, verifica-se a existência de grandes oportunidades de negócios para o Banco da Amazônia, visto a sua capilaridade no estado e possuir programas específicos voltados para a produção de matéria-prima (florestas nativas ou plantadas) e para o parque

industrial (maquinário, equipamentos). Dessa forma, pode ser um aliado nos programas governamentais, oferecendo linhas de financiamentos para o desenvolvimento das atividades inerentes ao setor florestal, indicadas pelo zoneamento em cada localidade. Com isso, as empresas florestais poderão tornar-se mais competitivas oferecendo produtos de maior valor agregado, gerando mais emprego e renda para a população local.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. M. V. C. de; MANFRED, W.M.; SILVA, A.P.R. Desempenho de um sistema agroflorestal: cacauzeiros e essências florestais no município de Ariquemes, Rondônia. **Agrotópica**, Iheus, n. 18, p. 63-70, 2006.

\_\_\_\_\_; LOCATELLI, M.; LIMA, A. A.; XAVIER, I.P.; CIDIN, A.C. M. Diversidade de espécies arbóreas e potencial madeireiro em sistemas agrossilviculturais com cacauzeiro em Ouro Preto do Oeste, Rondônia, Brasil. **Agrotópica**, Iheus, v. 21, n. 1, p. 73-82, 2009.

\_\_\_\_\_; MULLER, M. W.; SENA-GOMES, A.R.; MATOS, P.G. G. de. Sistemas agroflorestais com o cacauzeiro como alternativa sustentável para o uso em áreas desmatadas, no estado de Rondônia, Brasil. **Agrotópica**, Iheus, v. 14, n. 3, p. 109-102, 2002.

BUZIN, E. K. de; PARREIRA, I. M.; FILHO, G. F. Recuperação de matas ciliares com uso de sementes. **Enciclopédia Biosfera**, v. 3, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.sedam.ro.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE RONDÔNIA; SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Rondônia**: Perfil Socioeconômico Industrial. Porto Velho-RO: FIERO. 2003. 422p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção da extração vegetal e silvicultura**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em: 02 fev. 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. Desflorestamento nos municípios da Amazônia Legal para o ano de 2009. In: \_\_\_\_\_. **Monitoramento de Floresta Amazônica por Satélite (PRODES)**. 2010. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br>>. Acesso em: 24 jun. 2010.

RONDÔNIA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental. **Mata Ciliar**: programa de recuperação. 2010a. Disponível em: <<http://www.sedam.ro.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. **O zoneamento em Rondônia**. 2010b. Disponível em: <<http://www.sedam.ro.gov.br>>. Acesso em: 23 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. **Plano de prevenção, controle e alternativas sustentáveis ao desmatamento em Rondônia. 2009-2015**. Porto Velho, 2009. 56 p. Disponível em: <<http://www.sedam.ro.gov.br>>.

\_\_\_\_\_. **Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia**: um instrumento de gestão ambiental a serviço do desenvolvimento sustentável de Rondônia. Porto Velho, 2007. 58 p.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO; INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA. **A atividade madeireira na Amazônia brasileira**: produção, receita e mercados. Belém, 2010. 20 p.

\_\_\_\_\_. **Plano Anual de Outorga Florestal, 2011**. 2010. Disponível em: <<http://www.florestal.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

ZONA FRANCA DE MANAUS. **Potencialidades Regionais**: Estudo de viabilidades econômicas-açai. Manaus-AM: SUFRAMA. 2003. 22p.

 **BANCO DA AMAZÔNIA**  
A responsabilidade editorial do Boletim  
Contexto Amazônico é da  
(SEORP/GERE/CEMAR)

#### Elaboração do Texto

Dulce Helena Martins Costa  
GERE/CEMAR

#### Comissão de Publicação Coordenadores

Luiz Lourenço de Souza Neto  
Fernanda Gene Nunes Barros  
Roberto Batista Schwartz Martins de Paula

#### Editores Técnicos

Maria Lúcia Bahia Lopes  
Fabrício Khoury Rebello  
Oderle Milhomem Araújo

#### Editoração

Paulo do Carmo Pereira